RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Polícia Federal e Ibama sofrem disparos durante operação contra garimpo ilegal em terra indígena de Mato Grosso

Agentes da PF e Ibama foram atacados a tiros enquanto deixavam área de fiscalização na Terra Indígena Sete de Setembro. Ninguém ficou ferido.

Operação contra extração ilegal de madeira resulta em confronto armado

Agentes das autoridades federais enfrentaram uma situação de risco durante trabalho de campo na Terra Indígena Sete de Setembro, que se estende pelos municípios de Rondolândia (MT) e Cacoal (RO). Ao deixarem o local da vistoria, os servidores da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis receberam rajadas de disparo, segundo informações divulgadas pelas instituições.

O incidente ocorreu na última sexta-feira (6) e faz parte da Operação Lenha Fria, desenvolvida em parceria entre a Polícia Federal, Ibama e Fundação Nacional dos Povos Indígenas, focada no combate à exploração madeireira clandestina na região.

De acordo com os relatos oficiais, os fiscais encontraram obstáculos na via de acesso, com árvores estrategicamente colocadas para bloquear a passagem. Mesmo diante dessa barreira, os agentes prosseguiram e foram surpreendidos pelos tiros. Felizmente, a equipe não sofreu vítimas no episódio.

Prisão e material apreendido

Durante a mesma operação, um indivíduo foi detido em flagrante acusado de exploração ilegal de recursos florestais em área de domínio público. Entre os bens recuperados encontram-se uma motosserra, dois smartphones e equipamento de conexão satelital à internet.

Os fiscais também identificaram máquinas e veículos utilizados no transporte clandestino de madeira, incluindo um trator e duas motos. Estes equipamentos foram imobilizados no próprio local pela equipe do Ibama como medida de coibição.

Além disso, quatorze toras de madeira foram destruídas conforme protocolos ambientais, demandando o corte das peças para cumprimento da decisão administrativa.

Investigação em andamento e consequências legais

A Polícia Federal abriu investigação para apurar os disparos contra os agentes federais, visando elucidar os fatos e responsabilizar os autores do ataque. A instituição não divulgou pistas adicionais sobre identidade ou localização dos atiradores.

O detido foi formalizado por violação do artigo 50-A da Lei de Crimes Ambientais, que criminaliza o desmatamento ou exploração econômica de floresta sem consentimento legal. A condenação pode resultar em prisão de dois a quatro anos, além de sanções financeiras.

A Terra Indígena Sete de Setembro constitui território legítimo do povo Paiter Suruí e é considerada patrimônio da União. Qualquer aproveitamento de seus recursos sem autorização das esferas competentes configura crime de alçada da Justiça Federal.